

ESCOLA DE GOVERNO: PERNAMBUCO CONTRIBUÍNDO PARA O NOVO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA

Marilene Cordeiro Barbosa Borges*

Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco – FCAP/UPE

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar as contribuições da Escola de Governo de Pernambuco para um novo modelo de Gestão Pública, através de estudos que relatam a sua historicidade e sua trajetória, como também a importância das escolas de governo para a Administração Pública.

Palavras-Chave: Gestão pública. Formação. Aperfeiçoamento. Educação contínua. Reforma administrativa.

* Especialista em Consultoria Organizacional e Educação Especial pela FCAP/UPE e FAFIRE. Coordenadora da Escola de Governo de Pernambuco (marilenecordeiro@bol.com.br).

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, procurou-se tecer considerações sobre a contribuição da Escola de Governo de Pernambuco para o novo modelo de gestão pública. Primeiramente teceram-se considerações sobre o artigo nº 39, parágrafo 2º da Constituição da República Federativa do Brasil e sobre o artigo nº 99 parágrafo 2º da Constituição do Estado de Pernambuco, que trata da necessidade da criação de escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos estaduais. Em seguida será relatada, mais especificamente, a contribuição da Escola de Governo de Pernambuco para o novo modelo de gestão pública.

2 LEGISLAÇÃO QUE CRIOU AS ESCOLAS DE GOVERNO

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988, objetivando a instituição do Estado Democrático, tem um artigo específico sobre o aperfeiçoamento dos servidores públicos - art. 39, inciso 2º:

§ 2º - A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

O Estado de Pernambuco em sua Constituição, também considera a criação da Escola de Governo com base no artigo e parágrafo a seguir citado na íntegra:

§ 2º - A participação nos cursos de formação e aperfeiçoamento de servidores, em escolas de governo, constituirá um dos requisitos para promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios entre os entes da federação.

A Escola de Governo do Estado de Pernambuco nasce a partir dos seguintes motivos:

- a) processo de gestão do serviço público estava desatualizado, arcaico;
- b) predominam a ineficácia e a ineficiência nos serviços públicos;
- c) os gestores do serviço público encontram-se, em sua maioria, despreparados para formular e controlar a execução das políticas públicas e, em sua maioria, não possui orientação para atingimento de resultados planejados;
- d) os servidores públicos encontram-se em sua maioria, desmotivados; e
- e) inexistente investimento sistemático na qualificação do servidor público estadual.

A partir do contexto citado a Secretaria de Administração e Reforma do Estado – SARE e a Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco – FCAP/UPE, através de uma equipe formada por dirigentes e técnicos, elaboraram uma proposta de Modelo Conceitual da Escola de Governo do Estado de Pernambuco, que foi instituída pelo Decreto nº 2325 de 14 de maio de 2001, publicado em Diário Oficial de 15 de maio de 2001. Ela é autônoma em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, administrativas e disciplinares, observada a legislação educacional específica, salvo quanto a atos que podem decorrer em ônus para o Governo do Estado.

3 CONTRIBUIÇÃO DE PERNAMBUCO PARA O NOVO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA

A Escola de Governo de Pernambuco surgiu para atender o que preconiza a reforma do Estado, buscando, também, contribuir para a transformação de um Estado, de fato, gestor das políticas, das ações de governo, indutor do desenvolvimento econômico e social, que procure mudar o papel da gestão pública estadual, melhorar a qualidade e reduzir os custos dos serviços públicos prestados à população.

Para concretizar essas intenções em ação é essencial usar adequadamente as tecnologias e metodologias de gestão, fatores considerados fundamentais em direção à eficácia de qualquer organização, seja ela de caráter público ou privado.

Faz-se necessária, portanto, a criação de um ambiente de (re)aprendizagem que permita o repensar das práticas que a concepção burocrática de gestão pública instituiu ao longo do tempo, revisando conceitos, crenças arraigadas e hábitos culturais. Nesta perspectiva são necessárias novas competências e habilidades, as quais precisam ser desenvolvidas a partir de um corpo de idéias centrais, da clareza dos valores que as sustentam, integrando teoria e prática, razão e emoção, pensamento e ação, baseando-se na investigação dos ambientes sociais e buscando o diálogo e a experimentação como forma de verificar a funcionalidade e a adequação à realidade.

A Escola de Governo de Pernambuco apresenta-se como opção para criação desse espaço estruturado de aprendizagem, capaz de pensar e refletir uma concepção educativa a partir da nova filosofia de gestão pública, assim como desenvolver modelos, métodos e instrumentos para aplicação aos processos de formação profissional de intervenção e modernização de gestão pública, de modo a viabilizar um novo padrão, de acordo com “as visões contemporâneas de um Estado necessário baseado na eficiência, eficácia e efetividade, socialmente justo e externamente controlado”.

A Escola de Governo de Pernambuco é caracterizada pela capacidade de:

- articular e gerar conhecimentos através da elaboração, promoção e execução de cursos de formação, especialização e desenvolvimento do Gestor Público, dentro dos novos conceitos de gestão, da complexidade do papel do Estado no momento atual, das necessidades específicas dos órgãos e entidades, elevando os padrões de organização e desempenho dos organismos públicos;
- ampliar essa capacitação, também, na preparação de gestores da sociedade civil para assumirem as organizações sociais e as associações civis, estruturas delegadas para prestarem serviços públicos não exclusivos do Estado, sendo capazes de produzir uma forma de Gestão articulada e em parceria como Governo, além de orientados para resultados socialmente desejados criando competência e habilidades requeridas, além de subsidiar propostas alternativas de gestão.

No Estado de Pernambuco, a Escola de Governo está integrada à estrutura da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco - FCAP/UPE, detentora de experiência em gestão e com corpo técnico, docente e administrativo competente, e deverá:

- a) articular parcerias e cooperação interinstitucional, estimulando o intercâmbio com outros organismos governamentais, inclusive internacionais, ou de interesse para geração do conhecimento e práticas requeridos nas novas formas de gestão pública;
- b) criar um sistema que se apoie na cooperação e promoção do relacionamento entre universidades, fundações e empresas, com a mentalidade de solucionar problemas pelo esforço conjunto e cooperativo, de forma a unir o que já se tem desenvolvido em termos de educação para a gestão pública;
- c) agir baseada nos princípios de interdisciplinaridade, intercomplementaridade e flexibilidade, de modo a integrar várias dimensões do conhecimento e tratar as políticas governamentais em seu conjunto;
- d) ser pertinente aos problemas colocados pelo poder público e pela sociedade;
- e) permitir a transferência das tecnologias gerenciais a todos os seus clientes;

- f) propor soluções através de um processo da construção coletiva, congruente com as peculiaridades das mudanças requeridas pelos diversos órgãos e entidades, assessorando-as no delineamento de resultados inovadores;
- g) planejar, executar e avaliar atividades de ensino e pesquisa na área da gestão pública, tendo papel catalisador na formação da nova mentalidade de gestão;
- h) manter, de forma atualizada, informações sobre as demandas, necessidades e competências das entidades, órgãos do governo e seus usuários.

A atuação da Escola de Governo de Pernambuco é norteada pelos os seguintes princípios:

- a) atuar nas dimensões cognitivas e comportamentais considerando o contexto institucional e a capacidade técnica;
- b) atuar em ensino, pesquisa e gestão do conhecimento;
- c) desenvolver conhecimento acionável e aplicável à realidade do Estado de Pernambuco;
- d) vincular as ações da Escola à valorização e profissionalização do servidor público estadual;
- e) capacitar para o atingimento de resultados;
- f) orientar-se pelas necessidades da sociedade;
- g) buscar complementaridade com as políticas públicas e influenciá-las;
- h) preservar a autonomia administrativa e o pluralismo.

A missão contida no Relatório de modelo conceitual da Escola de Governo de Pernambuco (2001), teve a seguinte concepção:

Capacitar servidores para o exercício de funções gerenciais do serviço público e gerar conhecimento sobre gestão e políticas, para o aperfeiçoamento contínuo da administração pública estadual, visando o desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Pernambuco e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos pernambucanos.

A proposta educacional da Escola de Governo deve portanto ser articulada em função da premissa de o educando, no caso o servidor público de nível gerencial, chegar com uma prática profissional estabelecida que precisa ser explícita, acessada, porque via de regra, torna-se internalizada e automatizada.

A compreensão dessa prática deve ser usada como referência para acionar um conjunto de conhecimentos e instrumentos de ensino que permita a (re)leitura da realidade social, das transformações nas concepções de trabalho e emprego, das mudanças experimentadas nas organizações, do uso de novas tecnologias e dos impactos da geração e reformulação dos conhecimentos necessários a uma ação eficaz nos dias atuais.

A sua atuação deve estender-se para além do ensino propriamente dito, incluindo estudos e pesquisas sobre a gestão da administração pública, atendendo aos seguintes valores:

- a) ética e responsabilidade social;
- b) respeito à diversidade e pluralidade;
- c) desenvolvimento de atividades pró-ativas;
- d) compromisso com a sociedade;
- e) aplicabilidade do conhecimento;
- f) visão integrada da administração pública;
- g) fomento à prática da gestão participativa.

As escolas de governo devem estimular os servidores a buscarem o aperfeiçoamento contínuo, para melhor atender as necessidades da sociedade. Valorização, participação, iniciativa e uma mudança na cultura burocrática para uma cultura gerencial, acarretarão mais clareza em relação à organização do aparelho de Estado. Isso tudo se faz necessário à formação do servidor para dele conseguir eficiência e eficácia.

4 CONCLUSÃO

Neste artigo foi relatada a historicidade da Escola do Governo de Pernambuco, desde a sua concepção até a data atual, tentando contribuir para o avanço da discussão sobre as gestões públicas, que será sempre um processo de reinvenção, buscando a eficiência, transparência e comprometimento de seus colaboradores com a sociedade.

O aperfeiçoamento constante dos servidores públicos tem um caráter bastante significativo perante sua clientela-alvo, o cidadão, pois proporciona uma melhoria na qualidade da prestação do serviço público. como diz Antônio Ivo de Carvalho (2009) “É de se esperar que a área de gestão e capacitação de pessoas ganhe uma nova dimensão, tornando-se a alternativa estratégica de onde surgirão os processos destinados a reconfigurar as práticas e o desenho dos modelos de gestão atual.”

A Escola de Governo em Pernambuco vem desenvolvendo trabalhos de grande relevância no que se refere ao alinhamento dos planos do Governo do Estadual, capacitando seu corpo funcional para melhor execução de suas atividades perante o Estado e principalmente perante o cidadão, pois o sucesso e diferencial de uma organização dependem das pessoas.

A Escola capacitou mais de 10.000 servidores estaduais em cursos de extensão e em especializou em Gestão Governamental 150 servidores. Foram desenvolvidos cursos *in company* com intuições federais, com prefeituras. Participou de vários programas como: Escola do Estatuto do Idoso, Programas de capacitação dos gestores da PMPE e UPE e outros. Participou das comissões da acessibilidade da FCAP/UPE, Agenda Ambiental na Administração Pública e de Responsabilidade Sócio-ambiental. Realizou 2 processos seletivos para o Curso Superior Sequencial em Administração Pública. Participou de vários eventos Regionais e Nacionais.

Ações promovidas pela a Escola procuraram desenvolver competências, análise crítica e pensamento estratégico, para a tomada de decisões, contribuindo para melhoria do desempenho individual e institucional no âmbito do setor público.

REFERÊNCIAS

PINA, Walkíria Angélica do Nascimento. **Escola de Governo de Pernambuco:** um estudo de caso sobre as problemáticas em sua operacionalização. Monografia do Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Pública da FCAP/UPE. Recife, 2010.

CARVALHO, Antônio Ivo de. **Escolas de governo e gestão por competências:** mesa-redonda de pesquisa. Brasília, DF: ENAP, 2009.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública:** limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEREIRA, José Matias. **Curso de administração pública:** foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco. Escola de Governo de Pernambuco. **Relatório Modelo Conceitual da Escola de Governo de Pernambuco.** Recife, 2001.